



Senado comemora avanço da democracia no mundo

Uma sessão especial marcará, na terça-feira, a passagem do Dia Internacional da Democracia. É a primeira vez que o Plenário comemora a data, e o *Jornal do Senado* mostra a evolução da democracia no mundo, um breve histórico sobre as origens desse regime e a opinião de senadores sobre o caso brasileiro.

páginas 8 e 9

saúde infantil

KRISS SZKURLATOWSKI/SXC



No Senado tramitam 12 projetos para limitar a influência das propagandas na alimentação das crianças

Anvisa e parlamentares querem restringir anúncio de alimentos

páginas 6 e 7

Plenário aprova texto-base e vota na terça emendas à reforma eleitoral

O Senado deve examinar 16 emendas e concluir nesta terça-feira a votação da reforma eleitoral. Um dos pontos polêmicos – o grau de liberdade da internet nas campanhas – está pendente, embora os relatores tenham liberado *blogs* e redes sociais.



GERALDO MAGELA

Maciel (E) e Azeredo, relatores da reforma: liberdade na web em debate

página 3

pré-sal

Propostas em debate devem perder urgência

página 11

drogas

Projeto coloca saúde no lugar da repressão

página 4

e mais...

projetos aprovados	3
agora é lei	5
ambiente legal	10
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15

cidadania

Para combater a sonegação, exija a nota

Pelo fato de o consumidor muitas vezes não exigir nota fiscal, o que favorece a sonegação, alguns estados estão oferecendo descontos em impostos e sorteios de prêmios para quem mudar esse hábito. Projetos de lei regulam a emissão das notas.

página 16



agenda

Cadastro de aposentadoria rural traz ministro à CRA

Ministério da Previdência Social prevê que o cadastro vai agilizar a concessão do benefício

Com a presença do ministro da Previdência Social, José Pimentel, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) debate nesta terça-feira o Cadastro Nacional de Informações Sociais – Rural (Cnis-Rural), cuja coleta de dados já foi iniciada pelo ministério e servirá como base para todos os segurados especiais do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

São segurados especiais: trabalhadores rurais – produtor, parcei-

ro, meeiro, comodatário, arrendatário, assentado e beneficiário da reforma agrária; pescadores profissionais e assemelhados que produzem em regime de agricultura familiar; quilombolas e indígenas. O ministério prevê que o cadastro rural vai agilizar a concessão de aposentadorias, além de ajudar na fiscalização dos benefícios. Também participa da audiência o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Broch.

Painel sobre evento de comunicações

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) decidiu promover, em parceria com a Câmara, um painel de debates preparatórios para a Conferência Nacional de Comunicações, que ocorrerá de 1 a 3 de dezembro. O requerimento foi apresentado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Infraestrutura debate transportes

A Comissão de Infraestrutura (CI) debate nesta segunda-feira as áreas de infraestrutura urbana e de integração de meios de transporte com o ex-secretário dos Transportes do Estado de São Paulo, Adriano Murgel Branco, e o secretário de Desenvolvimento Urbano do DF, Cássio Taniguchi.



OSÉ CRUZ

À frente do Congresso, movimento escreve SOS no gramado e pede que Cerrado seja tratado como a Mata Atlântica e a Floresta Amazônica

Kátia Abreu vai propor CPI do MST

Kátia Abreu (DEM-TO) anunciou já ter colhido 29 assinaturas de senadores para instalar uma CPI mista que investigue supostas irregularidades no repasse de recursos a cooperativas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), conforme denunciou a revista *Veja*. Na Câmara, o requerimento já conta com mais de 180 assinaturas. Para criar a CPI é necessário o apoio de 171 de deputados e 27 de senadores.

Manifestantes querem Cerrado como patrimônio nacional

Para marcar o Dia do Cerrado, na última sexta-feira, integrantes do Movimento Rede Cerrado realizaram manifestação em frente ao Congresso Nacional, pela aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 115/95) que transforma o bioma em patrimônio nacional, a exemplo do que já acontece com a Mata Atlântica e a Floresta Amazônica. Eles foram recebidos pela senadora Fátima Cleide (PT-RO) e pelos deputados Eduardo Gomes (PSDB-TO) e Rômulo Gouveia (PSDB-PB), que assumiram

o compromisso de lutar pela aprovação da proposta.

Participaram da manifestação cerca de 30 índios de oito etnias, do movimento Mobilização dos Povos Indígenas dos Cerrados (Mopic). Para simbolizar a luta pela preservação do Cerrado, eles realizaram um ritual esportivo – “a corrida das toras”. Ao final, as toras foram deixadas no Salão Negro. Agrupados, os manifestantes também formaram as palavras “SOS Cerrado”, no gramado em frente ao Congresso.

comissões

Segunda-feira

18h – INFRAESTRUTURA

Painel – No ciclo sobre Desafios estratégicos setoriais – Agenda 2009-2015, a comissão debate o tema “Infraestrutura para inovação e desenvolvimento”. Participam o ex-secretário de Transportes e Habitação do estado de São Paulo, Adriano Murgel Branco, e o secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal, Cássio Taniguchi.

Terça-feira

9h – ASSUNTOS SOCIAIS

Saúde indígena – Reunião com o diretor do Departamento Indígena da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Wanderley Guenka. A comissão vai debater a atuação da fundação e do Ministério da Saúde a respeito da saúde indígena.

9h30h – AGRICULTURA

Cadastro – Audiência pública para discutir o cadastro de segurados especiais a ser realizado pelo Ministério da Previdência Social. Foram convidados o ministro da Previdência Social, José Pimentel; o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Broch, e um representante do Fórum Itinerante e

Paralelo sobre a Previdência Social.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

IR – A comissão analisa proposta que cria o Fundo Nacional de Apoio a Bibliotecas (Funab). Outro projeto em exame é o que reduz alíquota da tabela progressiva do Imposto de Renda Pessoa Física. Também examina a matéria que disciplina a utilização de informações sigilosas recebidas por comissões parlamentares de inquérito.

11h – EDUCAÇÃO

Pós-graduação – Entre os projetos em exame, está o de fazer recenseamento escolar de crianças até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Água – A comissão analisa projeto que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Reutilização de Água (Funreágua) e o que institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente. Outra proposta fixa prazo de cinco dias para devolução de valores pagos indevidamente.

14h30 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Plano nacional – “Política e plano nacional sobre mudanças climáticas e perspectivas do Brasil para a COP-15” é o tema que será discutido pela comis-

são. Participam da reunião o secretário-executivo do Fórum Brasileiro sobre Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa, e o diretor-executivo do Vitae Civis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, Rubens Born.

Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Rádiodifusão – Com 45 itens na pauta, a comissão examina projetos que autorizam serviços de radiodifusão.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Código Penal – Além de discutir propostas de mudança no Código Penal, a comissão analisa projeto que estende o benefício da redução de pena aos condenados presos que colaborarem com investigação policial ou processo criminal. Outro projeto em exame extingue o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Acordo – Audiência pública para ouvir o ministro da Defesa, Nelson Jobim, sobre acordo com a França que teve como objetivo o reaparelhamento das Forças Armadas.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Exame preventivo – Os senadores analisam projeto que garante aos fi-

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

Terça-feira

11h – Sessão especial
Homenagem – Comemoração do Dia Internacional da Democracia.

14h – Sessão deliberativa
Reforma eleitoral – No período do expediente, comemoração dos 44 anos de criação da profissão de administrador. Na pauta

de votações, a partir das 16h, os senadores continuam a examinar mudanças nas normas para as eleições de 2010.

Quarta-feira

14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

lhos de portadores de HIV o direito de receber leite especial para evitar o contágio. Em exame também, proposta que permite a falta ao serviço para a realização de exame preventivo de câncer e projeto que regulamenta as profissões de artistas e de técnico em espetáculos de diversões.

Quinta-feira

10h – RELAÇÕES EXTERIORES
Litígio – A comissão examina projeto sobre acordo relativo a litígio entre a administração pública e pessoa física ou jurídica estrangeira. Analisa também

proposta que trata do traslado de corpo de brasileiro falecido no exterior, cuja família seja de baixa renda.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Ortotanásia – Projeto que regulamenta a prática da ortotanásia no país é tema de audiência pública da comissão. Entre os convidados, o advogado Aristoteles Dutra de Araújo Atheniense; o presidente do Conselho Federal de Medicina, Edson de Oliveira Andrade; o representante da Comissão Episcopal Pastoral para a Vida e a Família, padre Luiz Antônio Bento; e o professor de bioética da UnB, Volnei Garrafa.

decisões

Reforma eleitoral deve ser concluída terça-feira

Texto básico foi aprovado na última quarta, mas falta de quórum impediu a análise de 16 emendas. Congresso tem duas semanas para finalizar votação

O Senado deve concluir nesta terça-feira a votação da reforma eleitoral. Na semana passada, a falta de quórum e a ausência dos relatores da proposta, senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Marco Maciel (DEM-PE), adiaram a votação na quinta-feira, após o texto básico ter sido aprovado no dia anterior, com quatro emendas dos relatores. Falta ser concluída a votação de 16 emendas.

A principal emenda dos relatores permite a livre manifestação na internet, inclusive em *blogs* e redes sociais. As empresas de

comunicação social na internet e os provedores com conteúdos próprios terão de ser imparciais a partir de 5 de julho do ano da eleição. A proposta veda ainda o anonimato e assegura o direito de resposta na rede.

Diversos senadores apelaram para uma rápida votação no Senado, uma vez que o texto aprovado na Câmara impõe maiores restrições à utilização da internet nas campanhas eleitorais.

Outra alteração aprovada permite a realização de debates entre candidatos na internet, com as mesmas regras dos debates no

rádio e na TV e com, pelo menos, dois terços dos candidatos, incluindo todos os que representem partidos e coligações com mais de dez deputados federais.

O prazo para participação de candidatos em eventos públicos foi reduzido pelos relatores de seis meses para quatro meses antes da eleição.

Mudança inclui nova regra para pesquisas eleitorais e veda doação de clube esportivo

Entre as emendas à reforma eleitoral já aprovadas, está uma, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que determina que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) deve fornecer parâmetros (nível econômico, sexo, idade e grau de instrução) como base para as pesquisas de opinião pública.

Atualmente, a cada pesquisa, os institutos de pesquisa são obrigados a registrar essas informações junto à Justiça Eleitoral. A emenda específica que os dados utilizados deverão

ser fornecidos pelo IBGE, que, por sua vez, terá que encaminhar as informações à Justiça Eleitoral.

Segundo Crivella, sem isso, uma pesquisa poderá ouvir pessoas, por exemplo, com renda mais alta, prejudicando algum candidato que tenha melhor desempenho entre os mais pobres.

O Senado também aprovou a manutenção da proibição de doações de entidades esportivas que recebam recursos públicos. A vedação havia sido eliminada pela Câmara.



Os relatores (foto à esq.) Marco Maciel e Eduardo Azeredo sugeriram quatro emendas ao texto da Câmara. Plenário vai votar ainda 16 emendas, que podem liberalizar mais as campanhas na internet

Ifets são ampliação do ensino profissionalizante

O ensino profissionalizante está mudando no país com a criação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia (Ifets). Essa foi a constatação de audiência pública da Comissão de Educação sobre o assunto. Segundo Luiz Augusto Pereira, do Ministério da Educação, a previsão é que haja 354 Ifets no país em cinco anos. Nessa expansão, de 2006 a 2010, o governo está investindo R\$ 1 bilhão. A implantação de 214 Ifets foi decidida no atual governo. Já há 70 prontos e 100 têm inauguração prevista para este ano. Em 2002 já existiam 140 centros federais de educação tecnológica (Cefets). Segundo a diretora do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissionalizante, Tânia Guerra, a previsão é de uma oferta de 500 mil matrículas em 2014. Em comparação com os Cefets, os Ifets buscam maior inclusão social, por meio de formação de mão de obra de nível básico e interiorização da rede.

Dedução de gasto com educação pode aumentar

O limite anual para dedução de gastos com educação da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física poderá ser elevado para R\$ 5.700 a partir de 2010. É o que determina projeto (PLS 145/09) do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) aprovado pela Comissão de Educação. O limite para dedução de gastos com educação em 2008 foi de R\$ 2.592,29. As famílias de classe média seriam as maiores beneficiadas por matricular seus filhos em escolas particulares. Para o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), não se deveria aumentar a isenção para famílias que pagam o Imposto de Renda. Também foi aprovado Projeto de Lei do Senado 8/07, do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que trata da isenção da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para instituições de ensino. Conforme emenda apresentada pelo relator, Marco Maciel (DEM-PE), ficarão isentas da Cofins apenas as entidades privadas, sem fins lucrativos, que ofereçam educação básica.

Aprovada licença de cinco dias para trabalhador que adotar criança

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a concessão de licença-paternidade de cinco dias úteis aos trabalhadores do setor privado que adotarem ou obtiverem a guarda judicial de criança de até cinco anos de idade.

Do ex-senador Carlos Be-

zerra, o projeto (PLS 157/02) estende aos pais adotantes benefício que os pais biológicos conquistaram desde a Constituição de 1988. O projeto segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

O relator da proposta, Efraim

Morais (DEM-PB), opinou pela inconstitucionalidade da parte do texto do projeto que sugere licença-maternidade para as servidoras da União que adotarem ou obtiverem a guarda judicial de criança. A iniciativa para tal proposta é exclusiva do presidente da República.

SÓCIOS INCAPAZES

O projeto que permite o registro de contratos de empresas com sócios incapazes (menores de 16 anos, pessoas com deficiência mental, entre outros) foi aprovado pela CCJ do Senado e vai a Plenário. Pelo projeto (PLC 104/08), as juntas comerciais poderão fazer o registro, desde que o incapaz seja assistido e não administre a sociedade.

QUARTOS PARA NÃO FUMANTES

Os hotéis devem reservar, no mínimo, metade de seus quartos para não fumantes. Foi isso que decidiu a CCJ ao rejeitar a alteração feita pelos deputados a projeto com esse conteúdo (PLS 10/00). Os deputados haviam reduzido a reserva para 20% dos quartos. Antes de ir a Plenário, a matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

AULAS DE DIREÇÃO À NOITE

A Comissão de Educação (CE) aprovou projeto (PLC 113/09) que torna obrigatórias aulas noturnas para os candidatos à carteira de motorista. A justificativa é que, como a maior parte dos acidentes é de responsabilidade dos motoristas, a formação dos condutores deve ser aperfeiçoada. O projeto vai à Comissão de Justiça.

projetos aprovados

De 8 a 11 de setembro

Plenário

➔ **PRS 56/09** – Autoriza a contratação de operação de crédito externo entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e o Bird, para financiar o Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios. Vai a promulgação.

Comissões

CCJ

➔ **PLS 256/05** – Do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), disciplina o uso de equipamento pelos agentes de segurança pública em todo o território nacional. Se não houver recurso para o Plenário, vai à Câmara.

saúde pública

Política antidrogas pode ser revista

Propostas concretizam recomendação da ONU de tratar uso de drogas como problema de saúde pública e aumentam punições

O foco das políticas de combate ao tráfico e ao uso de drogas foi transferido da segurança para a saúde pública, estimulando uma revisão do assunto em todo o mundo. Por essa visão, explicitada no Relatório Mundial sobre as Drogas de 2009, do Escritório sobre Drogas e Crime da Organização das Nações Unidas (Unodc), o usuário deve ser tratado como doente e não como criminoso.

No Senado, convivem essa perspectiva e a de restabelecer legislação punitiva para usuários de drogas (veja abaixo).

De acordo com a orientação da ONU, tramita no Senado projeto de Expedito Júnior (PR-RO) que transfere da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad)

para o Ministério da Saúde a gestão do Fundo Nacional Antidrogas (Funad). Já a descriminalização do uso de drogas sofre resistências.

O italiano Antonio Maria Costa, diretor do Unodc, apoia a descriminalização: "Dependência de drogas é uma doença e deve ser prevenida e tratada como tal".

No mês passado, o presidente Lula sugeriu ao presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, que a política de combate às drogas no continente seja revista. A Colômbia é o maior produtor de cocaína no mundo (veja gráfico), e o governo local enfrenta as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), financiadas principalmente pelas drogas.

Membro da Comissão Latinoamericana sobre Drogas e Demo-

cracia, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso escreveu este mês artigo no jornal britânico *The Observer* em que sugere um esforço internacional pela descriminalização dos usuários de maconha, trocando a repressão pela prevenção. Para ele, tratar o tema como assunto bélico na América

Latina foi desastroso, com aumento da violência, da pobreza e da corrupção.

Também em agosto, a Suprema Corte da Argentina passou a permitir o porte de maconha para uso pessoal, o que, na prática, descriminaliza o consumo. México, Colômbia e Equador também já estão

liberalizando as leis antidrogas.

No Brasil, lei de 2006 deixou de punir com prisão o porte de pequenas quantidades para consumo pessoal. Essa mudança na política antidrogas abrandou o foco sobre o consumidor, aumentou a repressão à produção e ao tráfico, mas não incluiu a descriminalização.

Expedito propõe gestão de recursos de fundo pelo Ministério da Saúde

Na linha recomendada pela ONU e pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, Expedito Júnior apresentou projeto (PLS 345/09) que transfere da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, ligada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para o Ministério da Saúde a gestão do Fundo Nacional Antidrogas.

O Funad recebe recursos do Orçamento da União, de doações e de bens apreendidos do tráfico de drogas ou utilizados em atividades ilícitas de produção ou comercialização de drogas. Em 2007, o fundo movimentou R\$ 26,2 milhões.

– Não há dúvida de que o problema das drogas é primordialmente uma questão de saúde pública. Caminha nesse sentido a atual política nacional sobre drogas. No entanto, a concretização desses princípios encontra um grande óbice: garantir os recursos do Funad para seus fins – afirma Expedito.



Expedito Júnior sugere que recursos de fundo antidroga reforcem programas desenvolvidos pelo SUS

O senador entende que, para assegurar que os recursos fiquem na saúde pública, o endereço correto é o Sistema Único de Saúde (SUS), onde são desenvolvidos programas de redução de danos (evita que um dependente de drogas desenvolva outras doenças, como a Aids), tratamento, recuperação e reinserção social e ocupacional do usuário.

Senadores sugerem restabelecimento da detenção para usuários

Em rota diferente à da política federal antidrogas e da Lei 11.343/06, que instituiu políticas públicas focadas na prevenção e na atenção aos usuários, três projetos em tramitação no Senado aumentam as penas de prisão para quem portar droga para consumo próprio.

O PLS 67/09, também de Expedito Júnior, reforça a punição para o consumo pessoal de drogas com multa entre R\$ 620 e R\$ 139,5 mil a todos que forem processados por esse motivo. Hoje, só paga multa o usuário que se recusa injustificadamente a cumprir as medidas educativas previstas.

Já Demostenes Torres (DEM-GO) tem projeto (PLS 252/06)

que prevê a detenção do usuário que descumprir medidas educativas. Sem isso, argumenta, essas medidas "poderão cair no mais completo e absoluto vazio". A proposta também determina a detenção, de seis meses a dois anos, para quem cultivar plantas para produzir drogas.

Em outro projeto (PLS 227/09), Gerson Camata (PMDB-ES) propõe a detenção, de seis meses a um ano, para quem comprar ou portar drogas para consumo pessoal. E, no caso de a pena ser substituída por prestação de serviço à comunidade, terá que ser cumprida juntamente com medida educativa, com comparecimento a programa específico.



Apreensão em Foz do Iguaçu: cocaína produzida em países andinos passa pelo Brasil, que tem grandes fronteiras com essas nações

Cocaína é grande problema da América do Sul

Entre as drogas ilícitas que mais causam problemas de saúde pública no mundo, a cocaína ocupa lugar de destaque na América do Sul. Os "negócios" em torno da droga geram violência, fomentando corrupção na polícia e nas instituições e desestabilizando governos eleitos democraticamente.

De acordo com o Relatório Mundial sobre as Drogas de 2009, o total de pessoas que usaram cocaína pelo menos uma vez em 2007 é estimado entre 16 milhões e 21 milhões em todo

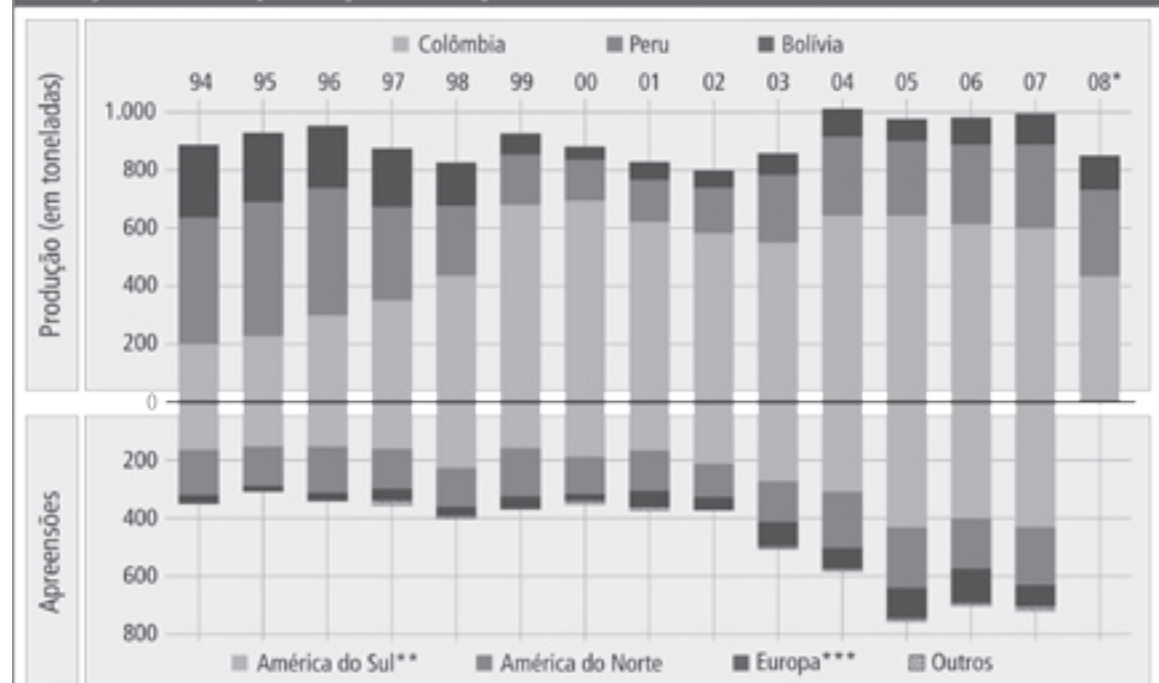
o mundo. O maior mercado é a América do Norte, seguido da Europa (Ocidental e Central) e da América do Sul. Os EUA, em números absolutos, é o maior mercado mundial, com 5,7 milhões de usuários em 2007.

Para o Brasil, o grande problema é que a cocaína produzida nos países andinos passa pelo país, que tem grandes fronteiras com as nações produtoras. Rios, céus e estradas servem como rotas de vários produtos ligados ao crime. Além de alimentar o consumo interno no Brasil, a

cocaína segue para os principais mercados mundiais na Europa e na América do Norte.

Desde que a Colômbia, principal plantadora de cocaína, tem aceitado ajuda militar dos EUA para reprimir a produção local e, por consequência, as fontes de financiamento das Farc, as tensões vêm se agravando no continente. As intervenções militares colombianas têm provocado problemas sobretudo com o Equador e a Venezuela, comprometendo a estabilidade e os esforços de integração regional.

Relação entre a produção e as apreensões de cocaína no mundo



*Dados sobre apreensões indisponíveis **Incluindo o Caribe e a América Central ***Exceto o leste europeu
Fontes: Relatório Anual sobre Drogas da ONU

comissões



Joaquim Lima (E) e Paulo Eduardo Furtado, com o senador Paulo Paim: contas do fundo precisam de melhor remuneração

Especialistas discutem incentivos ao FGTS

A necessidade de melhorar a remuneração das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e os riscos de pulverização dos recursos do fundo com a divisão de rendimentos foram lembrados por especialistas em debate sobre projeto (PLS 301/08) do senador César Borges (PR-BA).

A ideia da proposta, discutida em reunião conjunta das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), é ratear proporcionalmente entre os trabalhadores 50% do lucro líquido do fundo. Os recursos

ficariam depositados na conta até que possam ser sacados.

Segundo o secretário-executivo do conselho curador do FGTS, Paulo Eduardo Furtado, o projeto pode pulverizar os recursos do fundo. O superintendente nacional do FGTS, Joaquim Lima de Oliveira, admite que as contas possuem a menor remuneração do mercado, mas observou que os recursos são usados em objetivos sociais, como o financiamento habitacional para a classe de menor renda.

Para o presidente do Instituto FGTS Fácil, Mário Avelino, é

necessário remunerar melhor as contas do fundo, e o projeto não apresenta nenhum risco de pulverização dos recursos, apenas faz justiça aos trabalhadores.

Miguel Salabery, da União Geral dos Trabalhadores (UGT), apesar de apoiar a proposta, advertiu que a pulverização dos recursos pode prejudicar o patrimônio do trabalhador.

César Borges acredita que a iniciativa não representa risco para o patrimônio do FGTS, apenas abre espaço para que as contas tenham melhor remuneração, hoje abaixo da inflação.

Mozarildo e Augusto elogiam decisão do TCU

O Acórdão 402/09 do Tribunal de Contas da União é um alento para a melhoria do atendimento à saúde da população indígena por parte do Estado brasileiro, acreditam os senadores de Roraima Mozarildo Cavalcanti (PTB) e Augusto Botelho (PT).

Eles ouviram as explicações

do secretário de Controle Externo de Mato Grosso junto ao TCU, Carlos Augusto de Melo Ferraz, em debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Entre as determinações do TCU, está a distribuição equânime, pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), dos recursos entre os

distritos sanitários especiais indígenas. Outra é que o serviço de saúde seja prestado diretamente pelos distritos sanitários, como já prevê a legislação. Hoje, a Funasa repassa o dinheiro para as prefeituras, que contratam ONGs, que contratam agentes de saúde para trabalhar nos distritos.

agora é lei

Regulamentada a Lei dos Sacoleiros

Sancionada pelo presidente Lula em 8 de janeiro, a lei que regulamenta a atividade dos “sacoleiros” entrou em vigor na última quinta-feira, com a publicação de decreto presidencial no *Diário Oficial da União*. A norma (Lei 11.898/09) cria o Regime de Tributação Unificada (RTU), que permite importar mercadorias procedentes do Paraguai, mediante pagamento unificado de impostos e de contribuições federais incidentes na importação. Poderão optar pelo regime as microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no Simples Nacional. A adesão será feita conforme normas do Executivo, estando vedadas mercadorias que não sejam destinadas

ao consumidor final, como armas e munições, fogos de artifícios, explosivos, bebidas alcoólicas, cigarros, automóveis e embarcações de todo tipo, medicamentos, pneus, bens usados e produtos cuja importação esteja suspensa ou proibida no Brasil.

Os impostos serão calculados pela aplicação da alíquota única de 25% sobre as mercadorias importadas. Segundo o Subsecretário de Tributação da Receita Federal, Sandro Serpa, o objetivo do RTU é formalizar os sacoleiros. Já o presidente do Instituto Brasil Legal, Edson Vismona, acredita que a lei prejudica os produtores nacionais e põe em risco a geração de empregos no país.

General nega corrida bélica e defende gastos em tecnologia

Compra de submarinos e caças pelo Brasil não faz parte de disputa armamentista com vizinhos, diz chefe do Departamento de Ciência do Exército

Mesmo diante do anúncio da compra de quatro submarinos e de 36 caças franceses Rafale, o chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, general Augusto Heleno, negou que o Brasil esteja envolvido em uma corrida armamentista na América do Sul.

– O que se busca é uma expressão de poder militar compatível com a expressão estratégica do país – disse Heleno, durante debate na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Essa meta, recordou o general,

está ligada a um maior poder tecnológico, e o Exército brasileiro ainda conta com recursos relativamente modestos para o desenvolvimento científico. Neste ano, estão previstos apenas R\$ 80,2 milhões – “metade do passe do jogador de futebol Kaká”, comparou. Mesmo assim, afirmou, os resultados já começam a aparecer.

– O Brasil não pode ficar refém de tecnologias de outros países – disse o presidente da comissão, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que, como os demais senadores, concordou com a necessidade de mais investimentos no setor.



Para o general Augusto Heleno, o que o Brasil busca é uma “expressão de poder militar compatível com a expressão estratégica do país”

CRE aprova indicação de novo embaixador brasileiro na Croácia

A consolidação do apoio da Croácia à aspiração brasileira de um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e a cooperação no trabalho de reconstrução do Haiti estão entre as prioridades do novo embaixador brasileiro em

Zagreb, o ministro de primeira classe Luiz Fernando Gouvêa de Athayde. A indicação de seu nome pelo presidente da República, relatada pelo senador Flávio Torres (PDT-CE), foi aprovada na semana passada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

FIM DA PRISÃO ESPECIAL

O fim da prisão especial para magistrados e membros do Ministério Público foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Projeto de lei (PLS 151/09) do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) complementa proposta (PLC 111/08), já votada pela Comissão de Justiça, que cancela o privilégio para portadores de diploma de curso superior de modo geral. A matéria agora será examinada pelo Plenário.

A proposta votada na semana passada tem o mesmo texto da aprovada anteriormente, mas altera três outras leis para atingir os magistrados e membros do Ministério Público.

ARMAS DE POLICIAIS

Os policiais poderão ser proibidos de usar cassetete de madeira, espadas, lanças ou similares, prevê projeto do senador Marcelo Crivella aprovado em decisão terminativa pela CCJ. O PLS 256/05 permite o uso de cassetete de borracha, ou mesmo elétrico, desde que produza baixa descarga elétrica, para evitar agressões graves aos cidadãos. Romeu Tuma (PTB-SP) lembrou, em seu relatório, que o uso de arma de fogo continua permitido, pois seria necessária para a proteção da vida do policial em situação de risco justificado. A matéria, agora, será votada na Câmara.

DEFENSORIA PÚBLICA

O projeto do Executivo que reformula a Defensoria Pública (PLC 137/09 – Complementar) foi aprovado pelos membros da CCJ. A ideia é aproximar mais a Defensoria da sociedade e ampliar as funções da instituição. O texto, já aprovado na Câmara dos Deputados, coloca entre as funções do órgão a de promover a ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, especialmente de grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado, como crianças, idosos, pessoas com deficiência e mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

MENOR INFRATOR

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) poderá ser alterado para prever que o menor infrator receberá também assistência em aspectos psicológicos, e não apenas por meio de medidas socioeducativas, como ocorre hoje. É o que prevê o PLC 86/06, também votado pela CCJ na semana passada. Ao apresentar parecer favorável à proposta, que segue agora para análise do Plenário, o relator Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que “a proposição é oportuna, sobretudo por conduzir ao aprofundamento da discussão sobre as medidas aplicáveis a adolescentes que cometem atos infracionais”.

meio ambiente

Produtores pedem mais recursos e treinamento

Debate sobre projeto que cria Política Nacional de Integração Lavoura/Pecuária/Floresta opõe representantes do governo e dos agropecuaristas

Para subsidiar a votação do projeto de uma nova Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) realizou audiência pública com representantes do governo e dos produtores. Os agricultores se mostraram favoráveis ao projeto, mas pediram sua implantação em etapas e num prazo mais longo. Eles também reivindicaram mais crédito, bem como programas de educação e treinamento nas novas tecnologias.

No entanto, Roberto Vizentin, do Ministério do Meio Ambiente, propôs a inclusão da recuperação de áreas degradadas, com passivos ambientais, entre as exigências para a concessão de benefícios fiscais e crédito aos produtores agropecuários da Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.

José Manoel Caixeta Haum, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), defendeu que a



Roberto Vizentin, do Ministério do Meio Ambiente, e José Manoel Caixeta Haum, representando a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil: discordâncias

vinculação do programa deverá ser com o Ministério da Agricultura, para que a política seja olhada como uma alternativa de produção e não de defesa do meio ambiente.

Já o representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Luiz Carlos Balbino, reconheceu que o governo tem dificuldade em repassar a tecnologia de produção ao pequeno produtor rural.

Brent Millikan, da organiza-

ção não governamental Amigos da Terra, afirmou que o Brasil está no limiar de um novo patamar de boas práticas de produção, se houver incentivos fiscais e creditícios e programas de educação e treinamento para produtores rurais.

O relator da matéria na CMA, senador Gilberto Goellner (DEM-MT), lembrou que será necessário obter recursos no Orçamento da União de 2010 para viabilizar o projeto.



Reinhold Stephanes, ministro da Agricultura, e Eliseu Alves, da Embrapa, falam na CRA. Ao centro, Valter Pereira

Para ministro, não é hora de atualizar índices

A agricultura brasileira é uma das mais eficientes do mundo, mas os índices de produtividade usados para classificar uma propriedade para efeito de reforma agrária estão desatualizados. A afirmação foi feita pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que analisa a portaria interministerial que atualizou o índice de produtividade rural, defendida pelo

ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Mas Stephanes reconheceu que, embora a atualização dos índices de produtividade seja importante, não é hora de alterá-los.

– Estamos num momento de crise mundial, com preços de muitos produtos agrícolas abaixo do custo de produção. A discussão é muito mais política, e até ideológica, do que técnica, embora tenhamos

tentado chegar a um entendimento – explicou Stephanes, referindo-se às suas reuniões com Cassel.

Para o pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Eliseu Alves, mudanças no índice de produtividade devem incluir fatores que levem em conta o custo da produção, para que os custos totais sejam cobertos e ainda se obtenha recursos para investimentos.



Álvaro Tucano, da Funai, e o senador Jefferson Praia, autor do pedido da sessão solene, concordam que é preciso defender tanto a floresta quanto a população

Amazônia precisa reduzir o desmatamento e estimular o desenvolvimento sustentável

O Congresso realizou sessão solene para comemorar o Dia da Amazônia, celebrado no último dia 5. Os palestrantes foram unânimes em defender a redução do desmatamento, sem deixar de lado o estímulo ao desenvolvimento sustentável da região.

Marina Silva (PV-AC) afirmou que os brasileiros devem fazer “reivindicações inteligentes” na Conferência das Partes (COP 15) da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e não dizer que o país tem o direito de destruir a floresta como os de-

senvolvidos fizeram no passado. Eles devem, segundo Marina, pedir transferência de tecnologia para evitar que o erro se repita.

Serys Shlessarenko (PT-MT) e Valdir Raupp (PMDB-RO) comemoraram a redução dos índices de desmatamento: a previsão para 2009 é que a área desmatada seja a menor verificada nos últimos 20 anos. Já Jefferson Praia (PDT-AM) destacou que os 25 milhões de seres humanos que habitam a região precisam de condições dignas de vida e de oportunidades para os jovens.

ambiente legal

Clima: acordo pode estar perto

Melhoraram as perspectivas de um novo acordo climático das Nações Unidas em Copenhague, mas as negociações precisam ser aceleradas para que se conclua o processo até dezembro, segundo o chefe do Secretariado Climático da ONU, Yvo de Boer. Ele elogiou medidas anunciadas por Japão, China e Índia, mas lamentou a falta de progressos no âmbito do G20 (bloco de países desenvolvidos e emergentes) com relação às formas de financiar a luta contra o aquecimento global.

O Rio quer respirar

O Instituto Estadual do Ambiente (Inea) prepara uma série de medidas para reduzir a poluição do ar, que ultrapassa os padrões aceitáveis em algumas áreas do Rio de Janeiro. A principal delas é negar, a partir de 2010, o licenciamento de carros que emitam gases poluentes em níveis acima do permitido, proibindo-os de circular. A medida já é obrigatória para táxis, vans e ônibus.

Plantas contra o ozônio

Cientistas da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos, publicaram um estudo que mostra os efeitos positivos do uso de três plantas comuns na redução dos níveis de ozônio em ambientes fechados. As plantas são a espada-de-são-jorge, o clorofito e a jiboia. Para os cientistas, essa alternativa seria ainda mais vantajosa para os países em desenvolvimento, nos quais o controle da qualidade do ar em ambientes fechados torna-se muitas vezes economicamente inviável.

O menor papagaio do mundo

Uma equipe da BBC, responsável pelo documentário *Lost land of the volcano*, filmou pela primeira vez os menores papagaios do mundo em seu habitat na Papua-Nova Guiné, ilha do sul do Pacífico. Mais ou menos do tamanho de um dedo polegar, esses pássaros são menores do que alguns insetos que vivem na mesma floresta tropical.

Esgoto tratado ajuda a irrigar a lavoura

A irrigação de plantações com esgoto tratado é segura para os vegetais e os consumidores, além de aumentar em 30% a produtividade nas lavouras de cana, milho e tifton (gramínea usada em pastagens para produzir feno). Essa é a conclusão de um experimento realizado pela Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) e pesquisadores da USP de Piracicaba.

MANANCIAIS DE SÃO PAULO

O Plenário autorizou a União a avaliar empréstimo de até US\$ 100 milhões do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) ao estado de São Paulo, para financiar o Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê, que visa proteger e recuperar mananciais que abastecem de água a região metropolitana de São Paulo.

CALAMIDADE PÚBLICA

O pagamento das parcelas das dívidas que o município tenha com a União vencidas durante a vigência do estado de calamidade pública poderá ser adiado por 90 dias. É o que prevê substitutivo de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) a projeto de Raimundo Colombo (DEM-SC) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

petróleo

Recursos devem financiar desenvolvimento sustentável

O Brasil deveria usar os lucros da exploração do petróleo do pré-sal para financiar um modelo de desenvolvimento único e autônomo, amparado em “sólidos pilares” de ciência e tecnologia, que favorecesse a exploração racional de seus próprios recursos naturais e de outras regiões tropicais.

A ideia foi defendida pelo cientista Carlos Nobre, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia na audiência da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, que prepara o Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas e a participação brasileira na 15ª Conferência das Partes (COP 15) das Nações Unidas.

O encontro acontece em dezembro, na Dinamarca, com a participação de especialistas de 200 países, e visa debater o acordo global que sucederá o Protocolo de Kyoto, que expira em 2012.

Renato Casagrande (PSB-ES) criticou a demora na análise do Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas pela Câmara. “Vamos chegar à COP 15 sem o plano e o governo vai colocar a culpa no Congresso. O governo mandou o projeto sem regime de urgência”, lamentou.

Para Marina Silva (PV-AC), neste momento, “não há nada mais grave do que manter um velho padrão de desenvolvimento”.

Uso social do dinheiro é bem-vindo

Em audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre a Previdência Social e o pré-sal, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que, se todos não aprenderem com as lições do passado, “sobrarão apenas um buraco na camada pré-sal e um aumento na temperatura global”. Para Cristovam, é preciso saber primeiro se o pré-sal é economicamente viável. Se for, é fundamental criar as bases para colocar esse dinheiro a serviço do povo. Paulo Paim (PT-RS) defendeu que o Fundo Soberano, a ser criado com os lucros iniciais do pré-sal, estimados em US\$ 15 trilhões, destine uma parcela de seus recursos para a Seguridade Social.

EDUCAÇÃO

A escolha da educação como prioridade absoluta na aplicação dos recursos da exploração de petróleo do pré-sal foi defendida por Flávio Torres (PDT-CE). Para o senador, não se trata de negar a importância das demais áreas que estão sendo indicadas, no projeto do governo, para compartilhar os investimentos, mas de se concentrar no que pode efetivamente contribuir para a construção do “país do futuro”.

Indústria do setor pede mais tempo

Representantes da indústria petroleira pediram que o governo volte atrás no pedido de urgência para a tramitação do projeto sobre o regime de exploração do petróleo do pré-sal. Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), César Borges (PR-BA) e Marcelo Crivella (PRB-RJ), entre outros, também criticaram o prazo de 90 dias e disseram que a matéria exige um tempo maior para ser analisada. Aloizio Mercadante (PT-SP) pediu pressa na aprovação do marco regulatório para a nova riqueza. Um dos motivos, segundo ele, é que 28% do pré-sal já estão licitados.



Edison Lobão (E), Fernando Collor, Eliseu Resende e Delcídio Amaral: aplicação dos lucros da exploração também foi discutida

Senado inicia debate de projetos para o pré-sal

Audiência pública das comissões de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos discute constitucionalidade das propostas do governo

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, defendeu a constitucionalidade da coexistência dos sistemas de partilha e de concessão na exploração de petróleo da camada pré-sal proposta pelo governo e discutida em audiência pública conjunta das comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE). Na sua exposição, o ministro adiantou ainda que o pré-sal fará do Brasil o sétimo produtor mundial de petróleo e defendeu sua exploração, afirmando que a “matriz energética brasileira é uma das mais limpas do mundo”.

Já para Eliseu Resende (DEM-MG), a transferência de recursos da União para uma sociedade anônima – a Petrobras – fere o artigo 177 da Constituição, que prevê a transferência do produto de lavras, mas não de recursos. Francisco Dornelles (PP-RJ) também disse discordar da adoção do sistema de partilha, uma vez que a União é proprietária do subsolo.

Na avaliação de Delcídio Ama-

ral (PT-MS), no entanto, o governo tomou a decisão correta ao sugerir a adoção dos dois sistemas.

Lobão ainda respondeu a pergunta de Jefferson Praia (PDT-AM) sobre o destino dos recursos do Fundo Social (FS) proposto pelo governo, explicando que serão usados para combater a pobreza, incentivar à educação e à

cultura, estimular a pesquisa científica e tecnológica e cuidar do meio ambiente.

Vários senadores sugeriram outros setores para a aplicação dos recursos, entre eles Renato Casagrande (PSB-ES), que defendeu a aplicação na redução do efeito estufa, e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), para quem as prioridades são saúde e segurança.

Para Sarney, tramitação deve ser igual na Câmara e no Senado

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que, se os quatro projetos referentes à exploração da camada pré-sal forem votados sem regime de urgência na Câmara, o mesmo deverá acontecer no Senado. Para Sarney, não há por que uma Casa deliberar isso num calendário normal e a outra num regime de urgência.

Ele também disse dese-

jar que o Legislativo vote os projetos sem paixões e unicamente segundo os interesses nacionais.

– Acho que, desde que haja um consenso entre os partidos e que a matéria seja discutida sem passionalidade, podemos votar em dois meses. Uma matéria dessa natureza jamais será votada no Congresso com confronto – afirmou.

investigação

CPI da Petrobras: empresa nega sobrepreço no projeto da Abreu e Lima

Mário Sérgio Pini e Luiz Raymundo Freire de Carvalho, respectivamente diretor de Relações Institucionais e consultor da Pini Serviços de Engenharia, afirmaram em depoimento à CPI da Petrobras que não houve contratação de serviços com sobrepreço (valor acima do de mercado) no projeto básico da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Em depoimento à CPI na semana passada, técnicos do Tri-

bunal de Contas da União (TCU) haviam apresentado relatório que aponta superfaturamento na construção da refinaria.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) observou que “a Pini e o TCU não estão falando a mesma língua”.

– Aachamos que os métodos do TCU são válidos, mas não conclusivos. Ele aponta indícios. Nosso estudo é conclusivo em relação ao projeto básico – respondeu Mário Sérgio Pini.

Alvaro Dias (PSDB-PR) questionou a legitimidade das informações apresentadas pela Pini Engenharia. Ele sugeriu que a empresa trabalharia para atender aos interesses de quem a contrata e citou como exemplo de sua atuação nesse sentido o escândalo do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, em que foi chamada a atestar os números da obra em que, mais tarde, se provou ter havido superfaturamento.



João Pedro (E), Romero Jucá e Mário Pini, questionado pelos senadores sobre a afirmação da empresa Pini Engenharia de que não houve superfaturamento

debates

Mão Santa cobra ajuda a produtores de feijão do Piauí

Sem garantia de compra pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) nem pelo preço mínimo, produtores de feijão do sul do Piauí estão sendo praticamente obrigados a jogar fora cerca de 50 mil sacas do produto. A denúncia foi feita por Mão Santa (PMDB-PI), que leu telegrama em que representante dos produtores pede apoio para solucionar o problema, anunciando a vinda a Brasília nesta semana. O senador também abordou o mau desempenho da Universidade Estadual do Piauí (Unespi) no mais recente Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Para Mão Santa, a Unespi enfrenta uma política de desmonte.

João Pedro destaca festival de música de Itacoatiara

O 25º Festival da Canção de Itacoatiara (Fecani), realizado no Amazonas, de 3 a 7 de setembro, foi destacado pelo senador João Pedro (PT-AM). Ele disse que o alto nível do festival qualifica o evento como referência em nível internacional.

Segundo João Pedro, o 25º Fecani, que reuniu artistas do Brasil e dos países amazônicos vizinhos, transformou a cidade de Itacoatiara em mais um polo cultural do Amazonas e da Amazônia. O senador defendeu a instalação em Itacoatiara de um curso de música e artes, a ser ministrado pela Universidade do Estado do Amazonas, para atender a todos os jovens da região que aspiram à carreira artística.

Câmara votará PEC sobre servidores de Rondônia

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) disse acreditar na aprovação da sua proposta de emenda à Constituição que trata da transferência de servidores de seu estado para o quadro de servidores do extinto território de Rondônia, como já é assegurado aos servidores dos ex-territórios do Amapá e de Roraima.

O presidente da Câmara, Michel Temer, assegurou, segundo a senadora, que a proposta (PEC 483/05) será votada em primeiro turno nesta quarta.

Fátima Cleide informou que cerca de 500 servidores de Rondônia deverão estar em Brasília nesta semana para cobrar a aprovação do projeto.

Jefferson Praia defende cuidados com o planeta

Senador destaca o livro *Planejando a economia verde*, com dados para a proteção da Terra, e fala da revolução verde que ocorre em todo o mundo

O livro *Planejando a economia verde: a alternativa para a globalização corporativa*, de Brian Milani, foi destacado em discurso no Plenário pelo senador Jefferson Praia (PDT-AM). Segundo ele, o autor define essa ciência como a economia do mundo do trabalho, das necessidades humanas, dos materiais disponíveis na Terra e da combinação de tudo isso em favor da proteção do planeta.

Jefferson Praia disse que o livro apresenta alternativas ao atual modelo corporativo que guia a economia mundial. De acordo com o senador, a obra destaca valiosos ensinamentos em relação ao lixo, partindo do princípio de que tudo tem origem na natureza e, portanto, deve a ela voltar de forma a garantir sua sustentabilidade.

Jefferson alertou para a necessidade de assumirmos nossa responsabilidade com o plane-



Jefferson diz que é preciso assumir a responsabilidade com o planeta "antes que seja tarde demais" e frisa que o Brasil não está fora da revolução verde

ta, antes que seja tarde demais. Para o senador, uma revolução verde está em curso no mundo e o Brasil não está fora dela.

– Hoje, o planeta Terra já começa a discutir um novo rumo, uma nova economia, uma nova sociedade, que é aquela que valoriza o meio ambiente e os seres humanos e, é claro, tenho

certeza, que caminharemos para um mundo muito melhor – disse Jefferson.

O senador listou princípios descritos por Brian Milani para otimizar a vida no planeta como a autoconfiança, a auto-organização, o autoplanejamento e a participação democrática e direta.

Oswaldo Sobrinho quer união pela educação

O senador Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) afirmou que a educação é o principal instrumento para tirar um país do atraso. Ele se congratulou com os senadores que com frequência reivindicam mais investimentos para a educação, sob o argumento de que este é o principal alicerce da construção de uma nação.

– A educação não é monopólio de partidos. Portanto, aqui nesta Casa, nós temos que lutar, reunir todos aqueles que acreditam nessa missão, a fim de que possamos tentar fazer um bloco da educação, um bloco suprapartidário, e com ele fazer valer as ideias



Oswaldo Sobrinho propõe que seja criado no Senado um bloco suprapartidário da educação

daqueles que querem um Brasil melhor – disse.

Numa análise histórica,

o senador constatou que, a partir do fim do Império e mais especificamente após a década de 1930, o país “engatinhou por muitos anos, fazendo tudo que poderia fazer, menos aquilo que deveria fazer”.

– O Brasil era um Estado capitalista e também um dos Estados mais socialistas do mundo, porque abarcava tudo. Construiu hidrelétricas, siderúrgicas, grandes estradas, mas esqueceu a finalidade básica do estado, criado para fazer pequenas coisas como educação, saúde, segurança e estabilidade para que o cidadão possa trabalhar.

Augusto ressalta ação pela saúde do homem

O lançamento, pelo governo federal, da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem foi ressaltado pelo senador Augusto Botelho (PT-RR). O programa pretende reduzir o índice de mortalidade da população masculina com o enfrentamento dos fatores de risco e a facilitação de acesso a ações e serviços de saúde.

Para Augusto Botelho, que é médico, é necessário que os homens façam, periodicamente, exames preventivos de saúde, a começar pelo exame de próstata, o qual, observou, ainda é considerado tabu entre a maioria dos homens. Ele também recomendou exames relacionados a pressão, diabetes e colesterol, entre outros.

Zambiasi propõe juros menores para estudantes

O governo deve oferecer alguma solução para os antigos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), preferencialmente com o perdão dos juros cobrados dos estudantes. A opinião é do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que disse que pretende, ao lado de outros senadores que apoiam a ideia, alterar projeto (PL 5.413/09) do governo que modifica as regras do Fies e está na Câmara. Segundo Zambiasi, enquanto os novos contratos cobrarão juros de 3,5% ao ano, conforme o projeto, os velhos contratos têm juros de 10%, cobrados desde o momento da concessão do financiamento, o que dobra ou até triplica o valor emprestado.

Mozarildo protesta contra visita de Lula a Roraima

O anúncio da primeira viagem do presidente Lula a Roraima, prevista para quarta-feira, foi comentado por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que leu, do Plenário, uma carta de sua autoria para Lula.

– Roraima não é quintal do Brasil e seu povo merece respeito. Consideramos sua visita um deboche para conosco – afirmou o senador. Na correspondência, Mozarildo afirma que “a derrota de Lula em Roraima nos dois turnos das eleições de 2006”, representa uma resposta do povo de seu estado “às maldades feitas pelo presidente”. Segundo o senador, Lula só irá a Roraima para tentar garantir a reeleição de seu líder no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

Cristovam apoia candidatura do PDT à Presidência

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu o lançamento de candidatura própria de seu partido à Presidência da República e colocou seu nome à disposição. O senador sugeriu que os eleitores tenham a opção de votar em candidatos com propostas alternativas, que apresentem uma dimensão transformadora, que não representem continuidade e muito menos o retrocesso. E afirmou que o que se precisa buscar agora, mais do que continuidade, é avanço.

– O governo do presidente Lula é um avanço, mas insuficiente. Precisamos que o Brasil avance mais – sustentou, afirmando que, dos nomes hoje na disputa, só o de Marina Silva vem com a ideia de “mudar a cara do país”.

Quintanilha pede reinserção social dos idosos

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) registrou que o Brasil “já ultrapassou a casa dos 23 milhões de pessoas envelhecidas” e disse que o aumento da população idosa no Brasil é motivo de alegria.

– As pessoas estão ultrapassando a barreira dos 60 anos com saúde, qualidade de vida. O senador lamentou que os idosos ainda sofram com o descumprimento das leis e com agressões dentro de casa. Quintanilha disse que o país possui “as melhores leis do mundo para proteger os idosos”. Ele ainda defendeu a reinserção social e no mercado de trabalho desse segmento da população e sugeriu que as universidades invistam mais na formação de gerontólogos e geriatras.

institucional



Ministra Nilcéa Freire e senadora Serys Slhessarenko abrem a exposição no Salão Branco do Congresso Nacional

Mostra de Furnas conta trajetória das mulheres

Exposição organizada pela empresa apresenta uma linha de tempo desde 1500 a.C. com registros sobre papel feminino na história mundial

Exposição em homenagem às mulheres foi aberta na quinta-feira passada, no Salão Branco do Congresso Nacional. Organizada pela empresa Furnas Centrais Elétricas do Brasil, a mostra apresenta uma linha de tempo, de 1500 a.C. até os dias de hoje, com mais de 200 registros sobre mulheres que se destacaram na história mundial, além de apresentar a trajetória de Furnas e o papel da mulher na companhia. A mostra fica aberta até o dia 20 deste mês, das 9h30 às 17 horas.

A linha de tempo, intitulada "Gênero - Linha energizada", apresenta mulheres de todo o mundo que contribuíram para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Há ainda a mostra denominada "Mulheres plurais", que ressalta as funcionárias de Furnas com talento para artes, literatura, música, fotografia, cinema, entre outras áreas.

Uma terceira linha conta a história de Furnas e apresenta as ações relacionadas a gênero desenvolvidas pela empresa, com

destaque para o trabalho do Grupo Gênero, que atua desde 2005. A iniciativa é apresentada por meio de vídeo na exposição.

Mulheres com grande influência cultural, social e política, de rainhas da antiguidade a contemporâneas, são mencionadas na exposição. Entre as brasileiras homenageadas estão Anita Garibaldi, Chiquinha Gonzaga, Irmã Dulce, Rachel de Queiroz, Fernanda Montenegro, Ellen Gracie, Dilma Rousseff, Marina Silva e Zilda Arns.

Ideli explica curso no exterior pago pelo Senado

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) divulgou nota em resposta a reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, do dia 9, com o título "Senado gastou R\$ 70 mil em curso de Ideli em 3 países". Conforme Ideli, o curso *The Art of Business Coaching* (A arte da liderança corporativa) foi autorizado pela Presidência do Senado e os gastos a ele referentes foram aprovados pela Diretoria de Controle Interno da Casa.

A senadora justificou sua participação no curso afirmando tratar-se de preparação de

líderes em gestão de pessoas, tanto para empresas públicas, quanto privadas. afirmou ainda que, entre os participantes, havia servidores de órgãos públicos de diversos países da América Latina e Europa. Além disso, informou que a equipe que a acompanha "melhorou o desempenho" dos trabalhos relativos ao seu mandato parlamentar, em decorrência dos conhecimentos adquiridos naquele curso.

Ideli ressalta que a participação do funcionário Paulo André Argenta em virtude de ele ser

o coordenador da equipe. O servidor foi oficialmente autorizado a fazer o curso e estaria repassando os conhecimentos adquiridos aos colegas.

A senadora também negou que o curso tivesse qualquer conotação partidária, como afirmou o jornal. Como prova, lembrou que o mesmo treinamento foi recebido por diretores e gerentes do Conselho de Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) durante a gestão (1995-2002) do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

presidência

Sarney fala sobre pré-sal em estreia na TV Senado

Os projetos enviados pelo governo ao Congresso contendo as regras para a exploração do pré-sal foram o tema principal da estreia da coluna eletrônica de José Sarney, na última sexta-feira, na TV Senado. Na opinião dele, a discussão do tema no Parlamento será muito importante para a atual geração, e também para as futuras. Sarney defende um amplo debate no Congresso sobre a regulamentação da explo-

ração na camada pré-sal e a distribuição de suas riquezas (*leia mais na página 11*).

Outro assunto abordado pelo presidente do Senado é a alteração da lei eleitoral. A TV Senado transmite colunas eletrônicas dentro do programa *Jornal do Senado*, que vai ao ar às 21h. Às segundas-feiras, o espaço é ocupado por um presidente de comissão. A sexta-feira é reservada para o presidente da Casa.

Patrus Ananias pede apoio para aprovação de projetos

O presidente do Senado, José Sarney, prometeu ao ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, pressa na votação de projeto que cria cargos, por concurso público, de gestor de políticas sociais. Outro projeto cria 160 cargos para atender às demandas mais imediatas do ministério.

O presidente Sarney disse que vai encaminhar da maneira mais ágil possível esses projetos. Estamos trabalhando numa linha suprapartidária - afirmou Patrus.

O ministro relatou que se encontrou com o presidente

da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Demostenes Torres (DEM-GO), o líder do governo Romero Jucá (PMDB-RR) e os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Ideli Salvatti (PT-SC).

- Nosso objetivo é unir todas as forças políticas em torno de um objetivo comum, que é melhorar as

condições do ministério, para que possamos fazer um trabalho ainda melhor para os pobres, inclusive fortalecendo os mecanismos de fiscalização e controle - completou Patrus Ananias.

Ministro está conversando com senadores de todos os partidos



Patrus Ananias (E) e o presidente do STJ, ministro César Asfor Rocha (C), estiveram com Sarney para discutir a aprovação dos projetos

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado:

Haroldo Tajra

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil
Diagramação: Bruno Bazílio, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

TV documenta os cem anos de Mestre Vitalino

O artista, cujos bonecos de barro tornaram Caruaru famosa, também revelou as bandas de pífano

O homem pobre e analfabeto que se tornou ícone da arte popular brasileira é o destaque deste mês na TV Senado. O documentário *Vitalino* traça um perfil apurado do artista pernambucano que deu vida ao barro e transformou o município de Caruaru no maior centro de arte figurativa das Américas.

Vitalino Pereira dos Santos nasceu em Ribeira dos Campos, zona rural de Caruaru, em 1909 e morreu em 1963. Com apenas seis anos, produziu sua primeira peça. Foram cerca de 120 tipos diferentes de esculturas, como o boi, o cangaceiro, os retirantes e muitas outras cenas que marcam a vida do nordestino.

Mestre Vitalino também era músico: tocava pífano, flauta feita com uma madeira chamada taboca, hoje também produzida com canos de PVC. Foi ele quem deu fama às muitas bandas de pífanos de Caruaru.

O documentário resgata imagens das décadas de 50 e 60 e constrói a mais completa videobiografia do artista. A TV Senado foi a Recife, Caruaru e Rio de Janeiro e ainda resgatou gravações feitas por Vitalino na Rádio MEC



Vitalino Pereira dos Santos trabalhou variados tipos de esculturas

do Rio de Janeiro em 1960.

A trajetória do mestre, da infância à fama, é montada a partir de depoimentos de familiares, pesquisadores, colecionadores e do seu principal discípulo, o ceramista Manuel Eudócio, conhecido hoje como Mestre Eudócio. A vida do homem que morreu pobre e sem atendimento médico, na sua casa de chão batido, é narrada pelos entrevistados.

Vitalino é visto por todos como um homem alegre e íntegro, brasileiro de talento nato, com a força de um gigante que influenciou muitas gerações.

Documentário Vitalino
TV Senado
19/9, sábado, às 15h30
20/9, domingo, às 21h

Reportagem detalha novo Código de Processo Penal

O *Repórter Senado*, neste sábado, mostra os debates e os desafios para renovar um código em vigor há quase 70 anos e que não atende mais às necessidades de um país que mudou. A TV Senado apresenta o trabalho de juristas e senadores e as principais propostas de mudanças para o novo Código de Processo Penal, o CPP. O programa trata do tribunal do júri, da polêmica em torno do *habeas corpus*, do papel dos defensores públicos e das medidas para evitar a superlotação

das cadeias. Discute ainda com especialistas as formas para combater a criminalidade, as consequências da impunidade, a situação dos presídios e a demora na tramitação dos processos. O programa também ouviu brasileiros de várias partes do país e questiona: a Justiça no Brasil é para todos?

Repórter Senado

TV Senado
19/9, sábado, às 20h30
20/9, domingo, à 1h30 e às 14h

Diplomacia entrevista presidente do Parlasul

O programa *Diplomacia*, que a TV Senado reprisa neste fim de semana, apresenta entrevista exclusiva com o ex-líder tupamaro Juan José Domínguez, o novo presidente do Parlamento do Mercosul.

Mostra ainda a repercussão no Senado Federal da decisão de comprar aviões militares da França, assim como a polêmica em torno do acordo firmado entre Brasil e Vaticano, que prevê o ensino religioso nas escolas públicas e a isenção de obrigações trabalhistas para a Igreja Católica.

Outro assunto são as dificuldades dos países do Mercosul para organizar uma ação conjunta que

promova a saúde pública e combata de forma articulada a gripe A.

Serão abordadas também as implicações, no processo de análise do pedido de adesão da Venezuela ao Mercosul, do voto de censura aprovado pelo Senado ao governo de Hugo Chávez.

No bloco cultural, o *Diplomacia* analisa o documentário *Juruna, o espírito da floresta*, e traz a voz marcante da argentina Mercedes Sosa.

Diplomacia

TV Senado
19/9, sábado, às 11h30
20/9, domingo, às 9h e 16h30

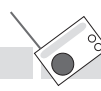


SÁBADO

1h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia e Inclusão
3h30 - Cidadania
4h - Alô Senado
4h15 - Argumento
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania
6h30 - EcoSenado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
8h - De Coração
8h30 - Cidadania
9h - Alô Senado
9h15 - EcoSenado
9h30 - Leituras
10h - Conversa de Músico
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia e Inclusão
12h30 - Encontros
13h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
13h30 - Cidadania
14h - EcoSenado
14h15 - Alô Senado
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Tela Brasil/Salão Nobre
16h30 - Agenda Econômica
17h30 - Encontros
18h00 - Conversa de Músico
19h00 - Cidadania
19h30 - Leituras
20h - Alô Senado
20h15 - Ecosenado
20h30 - Especial
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Agenda Econômica
22h30 - Diplomacia e Inclusão
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania
1h30 - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado
2h30 - Agenda Econômica
3h30 - Cidadania
4h - Leituras
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania
6h30 - Alô Senado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
7h30 - Cidadania
8h - Leituras
8h30 - De Coração
9h - Diplomacia e Inclusão
10h - Conversa de Músico
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado
11h30 - Agenda Econômica
12h30 - Encontros
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania
14h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Especial
16h30 - Encontros
17h - Diplomacia e Inclusão
18h - Conversa de Músico
19h - Cidadania
19h30 - Alô Senado
19h45 - EcoSenado
20h - Especial
20h30 - Leituras
21h - Tela Brasil/Salão Nobre
22h - Agenda Econômica
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De Coração
24h - Conversa de Músico



SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação
22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).
NET, Mais TV e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: ANTENA PARABÓLICA
Sky (canal 118), Directv (217) e Telesat (17)
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

Sistema analógico:
Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:
Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110
Áudio: 1211
PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio
Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate: 3,2143Ms/s
FEC: ¾

Como sintonizar

FM
Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)
ONDAS CURTAS
Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*
ANTENA PARABÓLICA
Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Professor

"Manifesto minha indignação com o tratamento dado aos professores no Brasil. A educação é o alicerce que faz com que o cidadão tenha pleno acesso aos seus direitos e deveres. O professor é o sujeito ou profissional que faz isso, porém os governantes não os valorizam devidamente. Há ainda o descumprimento da lei nacional do piso salarial para os profissionais. É preciso ter consciência para mudar o país e o mundo, tudo começa na família e é complementado na escola."

Flávio de Jesus Lima, de Coração de Jesus (MG)

Hino Nacional

"Quero parabenizar a aprovação do projeto de lei da Câmara (PLC 29/09) que determina a execução do Hino Nacional em todas as escolas pelo menos uma vez por semana. Sugiro que seja incluída a execução dos hinos dos estados e municípios, porque são poucas as crianças que conhecem esses símbolos cívicos. A iniciativa iria fortalecer o sentimento patriótico delas não apenas para com a nação, mas também para com seu estado e município."

Moizes Budin, de União da Vitória (PR)

Senado

"Sou assinante do **Jornal do Senado** e estou muito satisfeito com o conteúdo das notícias publicadas por esse veículo de comunicação. Acompanho a crise do Senado e concordo com as palavras do presidente José Sarney ao afirmar que a crise é da instituição, e não dele. A sociedade deve mobilizar-se para defender essa Casa tão necessária à concretização e manutenção da democracia. Apoio o presidente do Senado neste momento tão delicado e espero que a população brasileira compreenda a luta desse ícone da política brasileira na defesa dos princípios democráticos."

Felipe M. Tavares, de Caratinga (MG)

Prisão perpétua

"Gostaria que o nosso país adotasse o regime de prisão perpétua para crimes hediondos, pois a sociedade evoluiu e muitas de nossas leis acabaram se tornando ultrapassadas."

Maurilio Cordeiro da Costa, de Pombal (PB)

Papel reciclado

"Sugiro que o governo adote o uso de papel reciclado nas repartições públicas, tais como escolas, hospitais e delegacias. A medida, além de servir de exemplo para outros órgãos, contribuiria muito na economia do Estado e diminuiria os impactos ambientais. A iniciativa é uma medida simples que depende apenas de uma decisão política."

Fernando Melo, de Igarassu (PE)

Nota da redação: A edição semanal do **Jornal do Senado**, veiculada às segundas-feiras, é impressa em papel reciclado desde 25 de agosto de 2008. A iniciativa integra o Programa Senado Verde, responsável por medidas de preservação do meio ambiente adotadas pelos diversos setores da Casa.

Oposição

"Os políticos da oposição não devem temer as consequências do imperioso dever de advertir, fiscalizar e resistir, em face dos atos errados do governo, pois a omissão por timidez seria uma traição ao povo brasileiro."

Juliano de Oliveira, de Custódia (PE)

Saúde

"O fracassado sistema público de saúde está derrotado pela incompetência e irresponsabilidade dos gestores municipais, e não há mais recurso que retirará o sistema do caos. Competência e seriedade são remédios necessários."

Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)

frases



Sou filho de um homem sem terra, trabalhador rural, peão de roça, homem que teve 14 filhos. Fui desde engraxate, sapateiro, doceiro, faxineiro

Oswaldo Sobrinho, ao tomar posse, falando de sua trajetória antes de entrar para a vida pública.

A criação da CSS [Contribuição Social para a Saúde] não será necessária se o governo economizar, não der prioridade para gastos com publicidade e com novas contratações de funcionários públicos, ou ainda com a compra de helicópteros

Raimundo Colombo, ao criticar a criação da chamada "nova CPMF".

FOTOS: GERALDO MAGELA



Ou a licitação não é séria ou Lula não falou sério

Arthur Virgílio, ao destacar contradição entre declarações de Lula e do ministro da Defesa sobre aquisição de aviões Rafale, da França

Não participamos de nenhuma corrida armamentista. O que se busca é uma expressão de poder militar compatível com a expressão estratégica do país

General Augusto Heleno, em reunião na CCT.

As seguradoras e as empresas de planos de saúde movimentam cerca de R\$ 55 bilhões por ano, mas não se responsabilizam pelos transplantes

Tião Viana, protestando contra o sistema de transplantes de órgãos do país.

Foi exatamente a falta de critério de aferição e controle do desenvolvimento da educação superior no passado que permitiu a proliferação irresponsável de instituições sem a menor capacidade de ensino, pesquisa e extensão

Demostenes Torres, sobre a crise no ensino superior.

Por qual motivo o inconfiável Brasil, com sua débil economia de outrora, reúne, hoje, ao lado de outras nações, as melhores condições para apenas resvalar o epicentro da crise planetária?



Renan Calheiros, comemorando a saída do Brasil da crise financeira mundial.

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

pergunte ao senador

Escola integral como forma de combater a violência

"Por que as escolas não têm horário integral? A medida evitaria que as crianças ficassem na rua, aprendendo o que não é bom nem lícito, enquanto os pais saem para trabalhar."

Wanderley Correia Melo, de Itupeva (SP)



O senador **Raimundo Colombo (DEM-SC)** responde: Wanderley, em muitos municípios, inclusive do meu estado de Santa Catarina, já existe a escola integral, se não totalmente pelo menos parcialmente. Certamente em São Paulo acontece a mesma situação. Eu sou plenamente a favor da escola integral, que é um grande avanço e diminui o problema da violência ao qual você se refere.

Não deixe de pedir a nota fiscal

A nota fiscal pela prestação de serviços ou compra de produtos é o meio pelo qual o comerciante registra as transferências financeiras e de bens e o pagamento de

impostos sobre essas movimentações. Como nem todo consumidor exige a nota – o que favorece a sonegação fiscal –, alguns estados brasileiros estão incentivando a população

a pedir o documento através da oferta de descontos em impostos e sorteios de prêmios. Saiba mais sobre o assunto nesta edição do *Especial Cidadania*.

Governos têm interesse em combater sonegação

Quando um comerciante ou prestador de serviço não emite a nota fiscal, esconde a entrada de receita e, conseqüentemente, a declaração de uma série de impostos – federais, estaduais e municipais – que incidem sobre esse ganho. O documento interessa, portanto, às três esferas de governo. A nota é um instrumento essencial de controle, na declaração de Imposto de Renda e naquelas feitas aos fiscos estadual e municipal, da renda obtida com prestação de serviços ou venda de produtos.

Apesar de não representar ganho para o consumidor na hora da compra, exigir a nota fiscal influencia a vida em comunidade. A explicação é simples: se os impostos são sonegados, os governos arrecadam menos e têm menos dinheiro em caixa para sanar as necessidades da população em áreas como segurança, saúde e educação. É por isso que, além de campanhas de conscientização dos consumidores, alguns estados já estão oferecendo prêmios ou descontos no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para quem pede a nota fiscal. Conheça os exemplos do Distrito Federal e de São Paulo.



No Distrito Federal, restaurantes e outros estabelecimentos cadastrados em programa estão incluindo o CPF dos consumidores nas notas fiscais

Programa do Distrito Federal prevê descontos no IPTU e no IPVA

No Distrito Federal, o programa Nota Legal permite a pessoas físicas e empresas optantes pelo Simples Nacional recuperar 30% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto Sobre Serviços (ISS) efetivamente recolhidos pelo comércio ou por prestadores de serviço.

Para ter acesso ao benefício, é preciso que o consumidor exija o registro do seu CPF ou CNPJ no documento fiscal emitido pelo contribuinte, que, por sua vez, deverá registrar até o final do mês

subsequente, no Livro Fiscal Eletrônico (LFE), as notas emitidas com os números de CPF/CNPJ e pagar os impostos. Os beneficiários serão cadastrados automaticamente na data do primeiro registro de aquisição no LFE feito pela empresa participante.

Para fazer reclamações, consultar, acompanhar e utilizar os créditos, é preciso se cadastrar no portal do programa na internet. Além disso, o consumidor deve guardar o original do documento para apresentação à Secretaria de Fazendas

no caso de ser notificado pela não regularização efetuada pelo comerciante ou prestador de serviço.

Para usar créditos no abatimento do IPTU e do IPVA não será exigido vínculo entre detentor do crédito e dos imóveis ou veículos. Mas não pode haver débitos em nome do titular dos créditos nem nos imóveis e veículos indicados.

Criado pela Lei distrital 4.159/08, o Nota Legal começou a ser implementado em setembro do ano passado e já vale para restaurantes, bares, lanchone-

tes, hotéis, apart-hotéis e motéis. Outros estabelecimentos comerciais e de serviços serão incluídos de acordo com cronograma estabelecido pela Portaria 323/08, disponível na internet.

O senador Gim Argello (PTB-DF) se diz um incentivador do programa pela eficácia no combate à sonegação.

– Campanhas e programas como esse são essenciais para que tomemos consciência e peçamos a nota fiscal para evitar que os impostos sejam sonegados e os serviços públicos, mal prestados.

Em São Paulo, crédito direto na conta

No estado de São Paulo, o Nota Fiscal Paulista, criado em 2007, estimula consumidores de mercadorias, bens e serviços de transporte interestadual e intermunicipal a exigirem o documento fiscal. O programa prevê que 30% do ICMS recolhido a cada mês pelo estabelecimento fornecedor seja distribuído a todos os compradores.

O consumidor deve informar CPF ou CNPJ e solicitar a nota fiscal. O vendedor registra os dados do comprador, emite o cupom fiscal, a nota fiscal tradicional ou gera, no *site*, a nota *online*. Após o recolhimento do ICMS pelo estabelecimento, a Secretaria da Fazenda credita ao consumidor a parcela do imposto a que tem direito, proporcional ao valor da compra. O crédito pode ser, dentro de cinco anos, usado para o pagamento do IPVA, depositado em conta corrente ou poupança, transferido para outra pessoa ou entidades

sociais. A secretaria também sorteia mensalmente prêmios em dinheiro com valores que variam de R\$ 10 a R\$ 50 mil, podendo chegar a até R\$ 200 mil em datas especiais.

A cada R\$ 100 em nota fiscal registrada, o consumidor ganha um bilhete eletrônico para concorrer a prêmios em dinheiro. O valor é creditado no extrato da Nota Fiscal Paulista do contemplado, que pode solicitar depósito na conta bancária. Para participar, é preciso acessar o programa na internet e aderir ao regulamento.

No programa, compras de janeiro a junho geram crédito a partir de outubro do mesmo ano. Para compras entre julho e dezembro, o crédito pode ser usado a partir de abril do ano seguinte. O programa já distribuiu cerca de R\$ 1,2 bilhão, registrou mais de 4,9 bilhões de notas fiscais e cadastrou cerca de 5,3 milhões de usuários.

Projetos de lei criam regras para notas fiscais

O PLS 174/06, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), determina que as notas fiscais emitidas ao consumidor na venda de mercadorias e serviços em todo o país devem conter informação do valor total aproximado dos tributos federais, estaduais e municipais incidentes.

A proposta foi aprovada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado e enviada para análise na Câmara dos Deputados, onde já foi aprovada na Comissão de Meio Ambiente e aguarda votação

no Plenário.

O PLS 670/07, do senador Expedito Júnior (PR-RO), obriga os revendedores varejistas de combustíveis a usar equipamento emissor de cupom fiscal integrado ao medidor do fornecimento de combustível automotivo da bomba abastecedora. A matéria aguarda análise nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, cabendo a essa última decisão terminativa, ou seja, se for aprovada e não houver recurso para exame em Plenário, segue para a Câmara.

Saiba mais

Secretaria de Fazenda do Distrito Federal
SEPN 513, bloco D, loja 38
Brasília (DF) – CEP 70760-524
Central de atendimento: 156 (opção 3)
www.notalegal.df.gov.br

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
Av. Rangel Pestana, 300
São Paulo (SP) – CEP 01017-911
Central de atendimento: 0800 170110
www.nfp.fazenda.sp.gov.br